



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS - NRE/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP

NOTIFICAÇÃO

Interessado: **AHMED HAMED EID HASSAN**

Referência: Instauração de Processo Administrativo de **Perda de Residência nº 08505.001308/2022-17**

Conforme disposto no art. 33 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, **inc. I, art. 135 c/c art. 138** do Dec. nº 9.199/17,

Fica o(a) senhor(a) **AHMED HAMED EID HASSAN**, portador(a) documento de identificação de estrangeiro nº **G106081-V (ATIVO)**, natural do(a) **Egito**, nascido(a) aos 16/081989, filho(a) de **HAMED EID HASSAN** e **IHSAN HUSSEIN IBRAHIM**, **NOTIFICADO(A)** a apresentar a sua defesa, no **PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS**, no Procedimento de Perda de Autorização de Residência, instaurado em razão de, configurar a **hipótese de cancelamento de autorização de residência, conforme previsto no inciso I do art. 136 do Decreto 9.199/2017**, sendo que concessão de sua autorização de residência, se deu por casamento com a brasileira **MARILENE DE JESUS VIEIRA**, **tal união foi a base legal para obtenção da autorização de residência**, conforme despacho **SR/PF/SP (22620975)**, nos termos do art. 33 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, **inc. I, art. 135 c/c art. 138** do Dec. nº 9.199/17.

Em caso de não apresentação de defesa escrita, o processo correrá à revelia, independentemente do comparecimento do(a) notificado(a).

Os documentos relativos à defesa dos fatos imputados deverão ser apresentados às 10hs, neste NRE/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP, Rua Hugo D'Antola, 95, 3º Pavimento, Lapa, São Paulo/SP, pessoalmente ou se fazendo representar por advogado legalmente constituído, conforme inc IV do art. 3º da Lei 9784/99, ou ainda, os documentos poderão ser enviados ao e-mail nre.drex.srsp@pf.gov.br com o assunto Defesa de Processo de Perda de Autorização de Residência e o respectivo número do processo.



Documento assinado eletronicamente por **HUMBERTO PRISCO NETO, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 29/06/2022, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23909416** e o código CRC **1C7CD574**.

Referência: Processo nº 08505.001308/2022-17

SEI nº 23909416